



Análise

Conhecendo os ETFs de renda fixa

Produzido por SIMPLA CLUB

Carlos Humberto Junior

Conheça nossos serviços



Se você tem mais de R\$100 mil e deseja uma reunião gratuita com nossos especialistas, **escaneie o QR CODE** ou **clique aqui**.



Objetivo

O mercado financeiro brasileiro vem crescendo em ritmo acelerado desde 2019. Com o avanço das redes sociais, conteúdos sobre investimentos têm alcançado um número cada vez maior de pessoas. A indústria de fundos imobiliários, por exemplo, registrou um crescimento superior a dez vezes no número de investidores em comparação com 2017.

Outro indicativo da evolução do mercado é o surgimento de novos produtos, como as LIGs, em 2018, e os Fiagros, em 2021. Nesse contexto, surgiram também os ETFs de renda fixa, que ganharam destaque na indústria a partir de 2019.

Embora os ETFs estejam presentes no Brasil desde 2004, o foco até então recaía sobre aqueles referenciados em índices de renda variável, como BOVA11, IVVB11 e SMAL11. Percebendo essa lacuna, grandes instituições — lideradas pelo Itaú — lançaram os primeiros ETFs de renda fixa.

Desde 2019, já foram criados 18 produtos dessa categoria, provenientes de diversas instituições, como Itaú, Bradesco e Banco do Brasil. Esse aumento significativo de alternativas exige maior preparo por parte do investidor para identificar boas oportunidades.

Este relatório tem como objetivo servir de guia para a compreensão desse mercado, auxiliando no desenvolvimento do senso crítico e da capacidade de análise dos ETFs de renda fixa. Ao final, será possível responder se essa é uma classe que merece ser considerada e como escolher um ativo entre as diversas opções disponíveis.

O que é um ETF

Um ETF é um fundo negociado em bolsa de valores. Ou seja, em vez de ser encontrado entre os fundos multimercado, de renda fixa, de ações ou

outros tipos tradicionais, ele é negociado no mesmo ambiente das ações e dos fundos imobiliários.

Além disso, esse tipo de ativo é conhecido por ser referenciado a um índice. O objetivo de um ETF é replicar o desempenho de um índice específico, como o Ibovespa, o S&P 500, entre outros. A imagem abaixo ilustra o desempenho, nos últimos cinco anos, do IVVB11, um dos ETFs mais conhecidos no Brasil.

Resumo do mercado > iShares S&P 500 FIC de Fundo de Índice IE

368,85 BRL

+ Seguir

+191,55 (108,04%) ↑ últimos 5 anos

20 de jun., 11:39 BRT • Exoneração de responsabilidade

1 D | 5 D | 1 M | 6 M | YTD | 1 A | **5 A** | Máx



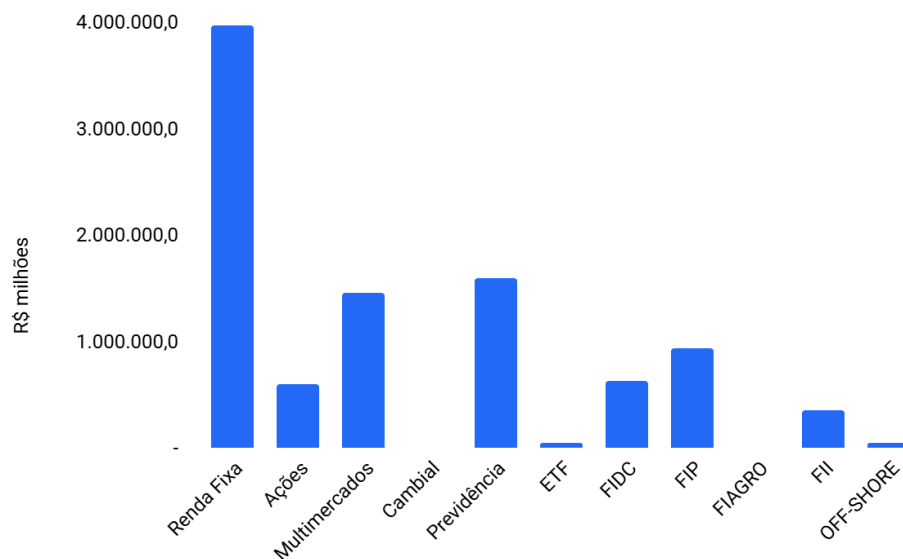
Retorno IVVB11.

Fonte: Google.

Para o investidor que busca uma estratégia mais passiva, na qual não deseja ter o trabalho de selecionar individualmente cada empresa ou FII da carteira, montar a diversificação setorial e realizar rebalanceamentos periódicos, os ETFs representam a escolha ideal. Essa classe de ativos oferece ampla diversificação com grande simplicidade.

Nos Estados Unidos, a indústria de ETFs representa uma parcela significativa de todo o mercado de fundos de investimento. Dados do JP Morgan, de outubro de 2024, indicam a existência de mais de 3.500 ETFs listados, somando quase 9 trilhões de dólares em patrimônio.

No Brasil, a representatividade desse mercado ainda é bastante inferior, como pode ser observado no gráfico abaixo.



*Tamanho do mercado de fundos de investimento.
Fonte: Simpla Club.*

Os fundos de investimento no Brasil somam um patrimônio de R\$9,6 trilhões. Desse total, apenas R\$52 bilhões correspondem a ETFs, o equivalente a 0,54%. Já os fundos tradicionais de renda fixa representam 40,99% desse montante.

É importante destacar que a maior parte dos fundos listados em bolsa é composta por produtos de renda variável. Na B3, há 87 ETFs de renda variável, contra apenas 18 de renda fixa. Esta última categoria é muito mais recente e ainda gera grande confusão entre os investidores.

Por fim, é importante destacar algumas características dos ETFs no Brasil, sendo a primeira delas o formato de seu código de negociação. O código de um ETF é composto por quatro caracteres seguidos do número 11, como no exemplo "ABCD11". Esse padrão faz com que, muitas vezes, esses ativos sejam confundidos com fundos imobiliários.

A segunda característica relevante é que, via de regra, os ETFs no Brasil não pagam dividendos. Em 2024, começaram a surgir alguns ETFs brasileiros com distribuição de proventos, mas esses casos ainda são exceção.

A ausência de dividendos não deve ser vista como um ponto negativo, pois a renda gerada pelos ativos do fundo é reinvestida automaticamente, poupando o investidor do esforço de fazer novos aportes. Esse procedimento automático permite usufruir do poder dos juros compostos.

Entretanto, se o objetivo do investidor é receber dividendos diretamente na conta — seja para alocá-los em outros ativos ou utilizá-los —, outras classes, como os FIs, são mais indicadas.

ETFs de renda fixa

Em maio de 2019, o Itaú lançou no mercado o IMAB11, o primeiro ETF de renda fixa do Brasil. O objetivo do produto é replicar o índice IMA-B da Anbima, que consiste em uma carteira teórica composta por NTN-Bs de diversos prazos. Não se assuste: NTN-B é a nomenclatura técnica dos títulos do Tesouro IPCA+.

Com isso, o investidor passou a contar com uma forma simples de investir em vários títulos públicos de uma só vez, sem a necessidade de escolher o melhor vencimento. Atualmente, o IMA-B é composto por 13 títulos diferentes.

Como mencionado anteriormente, o Itaú foi a primeira instituição a identificar essa lacuna no mercado financeiro brasileiro e, ainda em 2019, lançou mais dois ETFs de renda fixa: o IRFM11, que investe em títulos prefixados, e o IB5M11, que também aplica em ativos atrelados à inflação.

Assim como ocorre na renda fixa tradicional, antes de escolher o ativo ideal para a carteira, é fundamental identificar se o interesse do investidor está voltado para taxas pós-fixadas, prefixadas ou híbridas.

O mercado de ETFs de renda fixa já conta com 18 produtos, entre os quais é possível encontrar aqueles que buscam replicar a taxa Selic, os títulos do Tesouro IPCA+, os títulos prefixados e até mesmo carteiras compostas por títulos de renda fixa emitidos por empresas listadas na bolsa.

A tabela abaixo apresenta todos os ETFs de renda fixa disponíveis, organizados de acordo com seus respectivos administradores.

BB Asset	BTG	Bradesco	BNP	Itaú	Phronesis Investimentos
BDAP11	PACC11	IMBB11	LFTB11	IMAB11	PHIP11
FIXA11	PACG11	B5MB11	NTNS11	B5P211	-
-	MARG11	-	LFTS11	IBSM11	-
-	DEBB11	-	-	IRFM11	-
-	PACB11	-	-	IDKA11	-

*ETFs de renda fixa.
Fonte: Simpla Club.*

Principais índices de renda fixa

Já compreendemos que os ETFs têm como objetivo replicar o desempenho de índices. Por isso, é fundamental conhecer quais são os principais índices do mercado de renda fixa.

Antes de prosseguirmos, é importante dar um passo atrás para entender quem é a Anbima. A Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais foi criada em 2009 com o objetivo de desenvolver e apoiar a evolução da indústria de investimentos no Brasil.

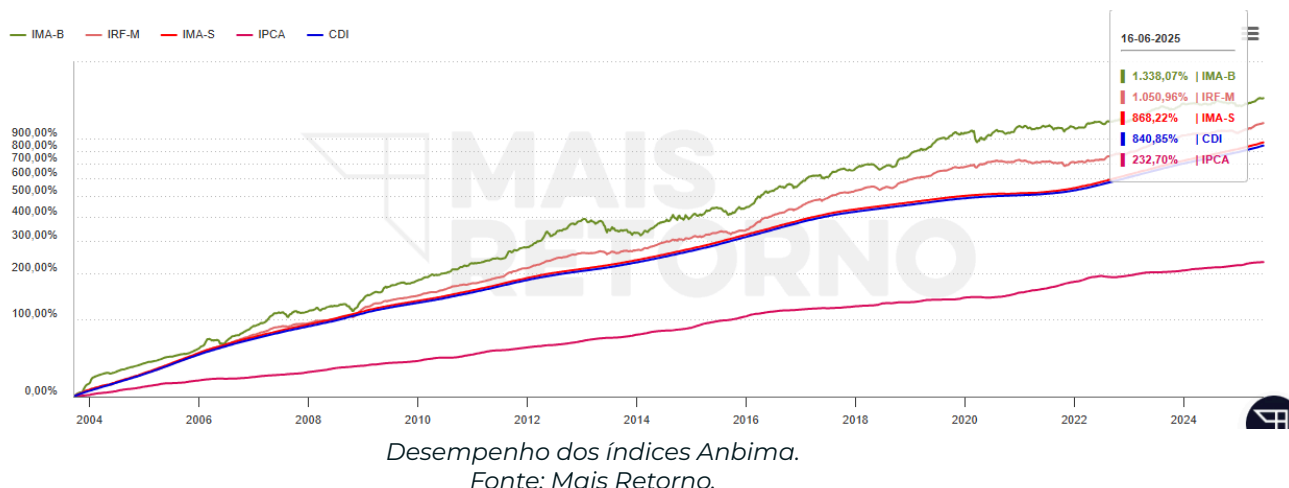
O principal foco da instituição é a autorregulação. Isso significa que os membros da Anbima devem seguir um conjunto de normas mais rigorosas do que aquelas exigidas por lei. Embora a legislação e a CVM ainda tenham maior poder regulatório, a Anbima contribui significativamente para elevar os padrões de transparência, qualificação e profissionalismo dos participantes do mercado financeiro.

Diversas certificações renomadas e exigidas para atuação no setor são emitidas pela Anbima, como é o caso da CGA, obrigatória para quem deseja atuar como gestor de fundos de investimento.

Devido à sua relevância e forte presença no mercado, a Anbima passou a ser uma importante fonte de dados e estatísticas. Como parte desse processo de evolução, criou o Índice de Mercado Anbima (IMA), referência para o acompanhamento do desempenho da renda fixa — da mesma forma que o Ibovespa representa o mercado de ações e o IFIX, o mercado de fundos imobiliários.

Dentro da família IMA, destacam-se o IRF-M, voltado a títulos do Tesouro com taxas prefixadas; o IMA-S, focado no Tesouro Selic; e o IMA-B, que acompanha os títulos atrelados ao IPCA. Esses índices ainda se subdividem conforme os prazos dos títulos, mas não entraremos nesses detalhes neste momento.

Dos 18 ETFs de renda fixa disponíveis atualmente, 9 replicam índices da Anbima. A figura abaixo apresenta o desempenho desses indicadores em comparação com a inflação e o CDI.



De setembro de 2003 a junho de 2025, o retorno acumulado foi de 1.338,07% para o IMA-B, 1.050,96% para o IRF-M, 868,22% para o IMA-S, 840,85% para o CDI e 232,70% para a inflação.

Esses números demonstram que investir em títulos públicos no Brasil pode gerar retornos expressivos, tornando uma carteira diversificada composta por esses ativos bastante atrativa.

A qualidade desses índices é inegável. O que precisamos investigar agora é se os ETFs de renda fixa são realmente capazes de replicar esse desempenho. *Spoiler:* ao longo deste relatório, trataremos detalhadamente desse ponto.

Por fim, vale ressaltar que os ETFs que seguem outros índices também merecem atenção. Ao analisar um ETF, o primeiro passo do investidor deve ser compreender a estratégia do índice replicado e, a partir disso, avaliar se ela está alinhada aos seus objetivos.

Tomemos como exemplo o DEBB11, ETF do BTG que replica uma carteira elaborada pela Teva Índices, focada em debêntures de companhias abertas que remuneram CDI + spread. O primeiro passo da análise é entender a composição do índice da Teva; o segundo, avaliar se a exposição ao CDI é

adequada ao perfil do investidor. Somente após essa verificação é que a análise do ETF em si deve prosseguir.

Riscos dos ETFs de renda fixa

Antes mesmo de tratarmos dos benefícios dos ETFs de renda fixa, é fundamental apresentar os principais riscos associados a essa classe de ativos.

No trecho anterior do relatório, já sinalizamos um dos perigos inerentes aos fundos referenciados: sua real capacidade de replicar o índice. O nome técnico desse risco é *tracking difference* ou erro de monitoração. Devido a fatores como a volatilidade do mercado e as taxas envolvidas na operação do fundo, nem sempre é possível reproduzir com exatidão o retorno do índice de referência. Por isso, é essencial observar o histórico do ETF e verificar se ele está cumprindo o que promete com efetividade.

A volatilidade é outro ponto importante a ser considerado. Como os ETFs são negociados em bolsa, estão sujeitos a variações de preço causadas pela oferta e demanda dos investidores. Mesmo que o índice de referência permaneça estável, é possível observar oscilações no preço do ETF devido a volumes elevados de compra ou venda. Embora invistam em ativos de renda fixa, seu ambiente de negociação é o mesmo dos ativos de renda variável, o que incorpora esse risco adicional.

No próximo trecho do relatório, abordaremos duas instituições contratadas pelos administradores de ETFs com o objetivo de reduzir a volatilidade do produto e maximizar sua aderência ao índice replicado. A figura abaixo ilustra como o IMAB11 apresenta maior volatilidade que o IMA-B.

Volatilidade ⓘ

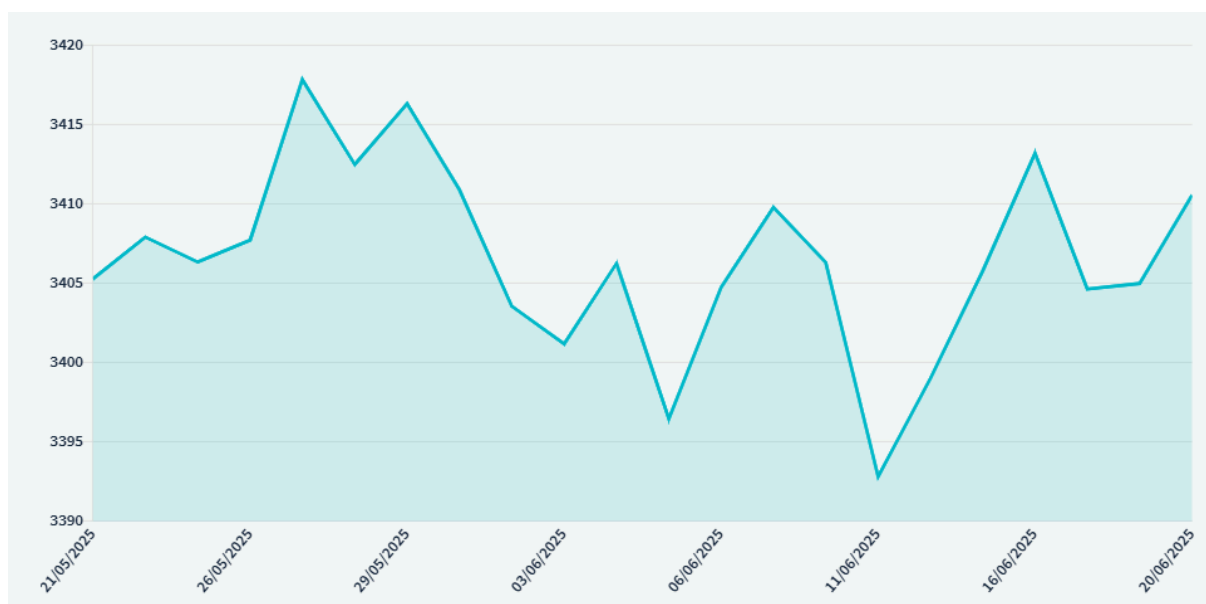
Ativo	No ano	12 Meses	24 Meses	Período
IMA-B	🏆 4,40%	🏆 5,41%	🏆 4,68%	🏆 6,90%
IMAB11	5,92%	7,80%	7,36%	9,92%

Volatilidade do ETF versus índice.
Fonte: Mais Retorno.

Falando no IMA-B, é importante destacar que esse índice apresenta uma volatilidade natural, uma vez que os títulos do Tesouro IPCA+ sofrem os efeitos da marcação a mercado.

Ao adquirirmos títulos híbridos ou prefixados por meio do Tesouro Direto, sabemos que o retorno contratado só é garantido no vencimento. Durante o período de vigência do título, entretanto, seu valor de mercado pode variar significativamente.

O gráfico abaixo ilustra o comportamento do preço do Tesouro IPCA+ com vencimento em 2029 ao longo do último mês.



Preço do tesouro IPCA + 2029.
Fonte: Site do Tesouro Direto.

Atualmente, esse título oferece uma rentabilidade de IPCA + 7,56% ao ano, com vencimento em 15/05/2029. Esse retorno só é garantido para quem compra o papel e o mantém até o vencimento. Ao longo do período, o preço do título apresenta oscilações, conforme ilustrado na imagem.

Esse tipo de variação é conhecido como risco de mercado, e está presente nos ETFs de renda fixa que montam carteiras com títulos atrelados ao IPCA+ e prefixados.

Quando falamos em renda fixa, o grande vilão para o investidor é o risco de crédito, também conhecido como risco de calote. A renda fixa, afinal, representa um empréstimo — e, do outro lado da operação, há um devedor comprometido a pagar os juros pactuados.

Um ETF que replica índices da Anbima, por exemplo, constrói sua carteira com títulos do governo. Portanto, em caso de um calote do Brasil, o fundo será diretamente afetado. Por isso, reforçamos a importância de entender qual é a estratégia do ETF, especialmente para identificar se o índice de referência é composto por dívidas de boa qualidade.

Por fim, também há o risco de liquidez, já que essa classe de ativos ainda é pouco difundida entre os investidores brasileiros. Em alguns dos 18 ETFs de renda fixa disponíveis, a negociação de grandes volumes pode ser difícil, devido à baixa frequência de transações diárias. Assim, ao analisar um ativo, observe sua liquidez, a fim de evitar dificuldades na hora de vender as cotas.

Formador de mercado e agente autorizado

Conforme prometido, vamos abordar as duas instituições contratadas com o objetivo de minimizar os riscos dos ETFs de renda fixa.

O formador de mercado é uma instituição regulada pela CVM e autorizada pela B3 que atua no fornecimento de liquidez para os papéis, facilitando sua compra e venda e reduzindo spreads irracionais.

Um ativo novo e pouco conhecido tem dificuldade para entrar no radar dos investidores, sendo que sua baixa liquidez acaba afastando ainda mais os poucos interessados. A presença de uma instituição que insere ordens de compra e venda proporciona ao ativo uma liquidez mínima, suficiente para torná-lo acessível ao mercado em geral. A atuação do formador de mercado reduz os riscos de liquidez e volatilidade, embora não os elimine completamente.

O LFTB11, por exemplo, tem o BTG como seu formador de mercado — o que significa que os investidores que negociam esse ETF, muitas vezes, estão comprando e vendendo diretamente com o BTG.

Já os agentes autorizados desempenham um papel ainda mais relevante nos ETFs de renda fixa, pois sua principal função é aumentar a aderência do fundo ao índice de referência. A forma como atuam é um pouco mais complexa, e não será aprofundada neste material. No entanto, uma analogia com os FIs pode ajudar na compreensão.

Fundos imobiliários de recebíveis costumam adquirir dívidas que, muitas vezes, são negociadas no mercado. Isso permite uma avaliação precisa de seu patrimônio, tornando o indicador "valor patrimonial por cota" especialmente útil. Assim, ao observar o indicador "preço sobre valor patrimonial por cota", é possível avaliar o quão próximo do valor justo o fundo está sendo negociado.

Agora, pense em um ETF cuja carteira é composta por títulos públicos — ativos amplamente conhecidos pelo mercado. O valor patrimonial desse tipo de ETF é de fácil cálculo e reflete com boa precisão a realidade. Por

essa razão, não faria sentido que um ETF de renda fixa fosse negociado a um preço muito acima ou muito abaixo de seu valor patrimonial.

No entanto, como estamos tratando de ativos negociados em bolsa, essas discrepâncias podem, sim, ocorrer.

Diferentemente dos FIIs — que são ativos de natureza tipicamente variável —, os ETFs de renda fixa contam com a figura do agente autorizado, que atua no mercado sempre que há uma discrepância relevante entre o preço de negociação e o valor patrimonial. Isso faz com que o risco de descasamento entre o ETF e o índice de referência seja fortemente minimizado.

Por esse motivo, ao observarmos o preço de um ETF de renda fixa, podemos considerá-lo, com segurança, como seu valor justo. A eliminação da necessidade de realizar um *valuation* complexo torna este produto ainda mais atrativo para investidores iniciantes e com perfil passivo, pois a análise se concentra apenas na compreensão e aprovação da estratégia do fundo.

Agora, sim, estamos prontos para abordar os principais benefícios dos ETFs de renda fixa.

Vantagens dos ETFs de renda fixa

A forma como os ETFs de renda fixa foram estruturados, aliada à legislação vigente, confere a esses produtos diversas qualidades. Uma das mais destacadas, inclusive pelos próprios administradores, é a vantagem tributária em relação a outras modalidades de investimento.

A figura abaixo resume como ocorre a cobrança de imposto sobre os investimentos em ETFs de renda fixa.

ETFs de RF – Itaú Asset		Títulos do Tesouro
IR (Ganho de capital)	15% independente do período de investimento	Tabela Regressiva: começa com 22,5% e pode chegar a 15% a partir de 2 anos investidos
Cupom	Reinvestido sem IR	Pago com incidência de imposto, com tabela regressiva
IOF	0%	Tabela regressiva até 30 dias
Recolhimento	Na fonte	Na fonte

*Vantagens tributárias dos ETFs de renda fixa.
Fonte: Itaú Asset.*

A grande maioria dos ETFs de renda fixa brasileiros está sujeita à alíquota fixa de 15% de Imposto de Renda, independentemente do prazo da aplicação. Já os investimentos diretos em ativos de renda fixa seguem a tabela regressiva do IR, que varia de 22,5% a 15%, conforme o tempo de permanência.

Assim, para aplicações com prazo inferior a dois anos, os ETFs apresentam uma vantagem tributária, demonstrando maior eficiência fiscal.

A figura a seguir detalha a regra de tributação aplicável aos ETFs de renda fixa.

Prazo Médio de Repactuação	Alíquota
Igual ou inferior a 180 dias	25%
Entre 181 e 720 dias	20%
Superior a 720 dias	15%

*Tributação dos ETFs de renda fixa.
Fonte: Itaú Asset.*

O prazo médio de repactuação corresponde à média ponderada dos vencimentos dos títulos que integram a carteira do fundo. Dos 18 ETFs de renda fixa disponíveis, 17 atendem ao requisito necessário para a aplicação da alíquota fixa de 15% de Imposto de Renda.

A única exceção é o LFTS11, que sofre incidência de 25% de Imposto de Renda. Isso ocorre porque o entendimento é que os títulos do Tesouro Selic possuem prazo médio de repactuação de apenas 1 dia. Dessa forma, um ETF composto 100% por esse título não atende ao critério mínimo de 720 dias exigido para se beneficiar da alíquota reduzida.

Outra vantagem dos ETFs de renda fixa, especialmente no curto prazo, é a isenção de IOF. Enquanto na renda fixa tradicional o investidor só fica livre desse imposto após 30 dias de aplicação, os ETFs já contam com essa isenção desde o início.

Se você já acessou o site do Tesouro Direto, deve ter notado a existência de títulos que pagam juros semestrais, conhecidos como cupons. Um exemplo é o Tesouro IPCA+ 2035 com juros semestrais, que realiza pagamentos periódicos dos juros acumulados, funcionando como uma espécie de dividendo. No entanto, esses pagamentos são considerados resgates parciais e, portanto, sofrem incidência de Imposto de Renda.

Esses títulos públicos com cupons semestrais não apresentam boa eficiência tributária, pois o Imposto de Renda incide sobre os rendimentos a cada semestre. Já quando um ETF de renda fixa investe nesse tipo de título, o cupom recebido não sofre incidência de IR.

Em resumo: enquanto o investidor pessoa física paga imposto sobre os cupons semestrais, o ETF está isento. Além disso, o fundo reinveste automaticamente esses valores, potencializando o efeito dos juros compostos.

Já apresentamos diversas vantagens tributárias, mas ainda existem mais duas. Fundos tradicionais de renda fixa estão sujeitos à cobrança de um imposto chamado *come-cotas*, recolhido nos meses de maio e novembro de cada ano. O próximo trecho explica esse tributo em detalhes.

“A cada seis meses, é feita uma tributação automática sobre os ganhos apurados pelo investidor naquele período. Para viabilizar a cobrança, a Receita Federal “morde” uma quantidade de cotas do cliente equivalente ao imposto devido, que é retido na fonte. Eis, portanto, a origem do jargão financeiro. Vale lembrar que o come-cotas incide apenas sobre a valorização do patrimônio, e não sobre o principal investido. Dessa forma, só vai existir se o fundo tiver contabilizado lucro no intervalo.”

Os ETFs de renda fixa não estão sujeitos à cobrança do “come-cotas”, o que os torna mais eficientes do que os fundos de renda fixa negociados fora do ambiente de bolsa.

Além disso, quando se trata do recolhimento do imposto devido, os ETFs de renda fixa exigem menos esforço do investidor, pois o tributo é retido na fonte. Já nos ETFs de renda variável, o investidor precisa calcular o lucro, gerar a DARF e efetuar o pagamento manualmente.

Portanto, os ETFs de renda fixa apresentam vantagens tributárias em relação ao investimento direto no Tesouro, aos fundos de renda fixa tradicionais e até mesmo aos ETFs de renda variável.

Sabemos que o investidor não gosta de pagar impostos — e ficou evidente que esse produto oferece diversos benefícios nesse aspecto. No entanto, as taxas também são um fator frequentemente repudiado no universo dos investimentos.

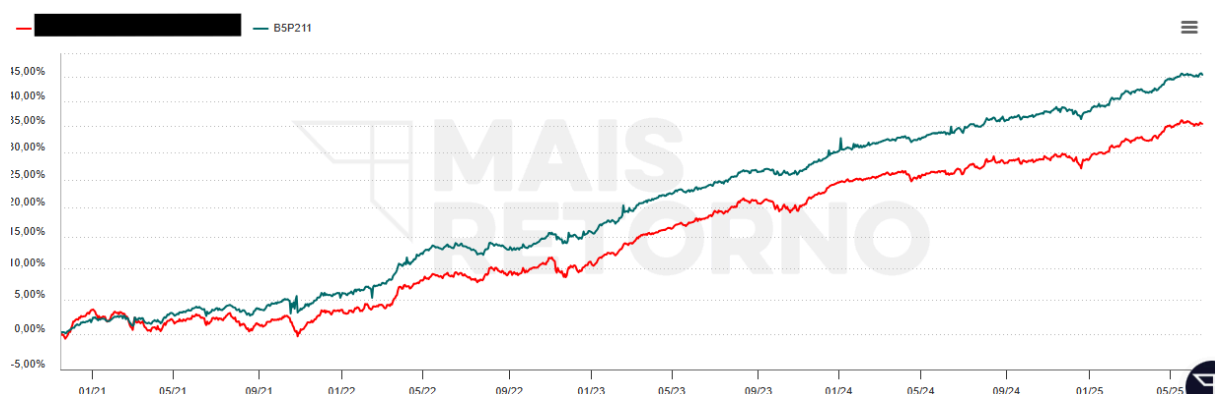
Por se tratarem de fundos, os ETFs cobram taxa de administração. No entanto, sua natureza passiva — voltada à replicação de índices — exige menos intervenção por parte do gestor, o que resulta em custos significativamente menores.

Enquanto fundos ativos tradicionais costumam cobrar entre 0,7%, 1% e até 2% ao ano de taxa de administração, os ETFs de renda fixa apresentam um

custo médio de 0,25% ao ano. Alguns, como é o caso do LFTB11, PACG11 e NTNS11, cobram apenas 0,19% ao ano do investidor.

Vale lembrar que essa despesa é descontada automaticamente, sem que o cotista precise realizar qualquer operação.

A figura abaixo ilustra como um ETF de renda fixa conseguiu entregar um retorno superior ao de um fundo tradicional com estratégia semelhante.



B5P211 versus fundo de renda fixa tradicional.

Fonte: Mais Retorno.

O fundo em questão cobra 0,40% ao ano de taxa de administração e ainda sofre a incidência do *come-cotas*. Já o ETF B5P211 é isento desse tributo e possui uma taxa de administração de apenas 0,20% ao ano. No período analisado — de novembro de 2020 a junho de 2025 —, a diferença de retorno acumulado entre os dois foi de 10%. No longo prazo, qualquer economia em taxas pode ter um impacto significativo na rentabilidade final do investimento.

Outro benefício dos ETFs de renda fixa é a simplicidade na escolha do produto. A etapa mais relevante da análise consiste no estudo da estratégia do fundo, ou seja, na compreensão clara do índice de referência.

Um investidor interessado em exposição à inflação brasileira, por exemplo, tem acesso facilitado a títulos atrelados ao IMA-B. Já aquele que prefere títulos prefixados pode optar pelo IRFM11.

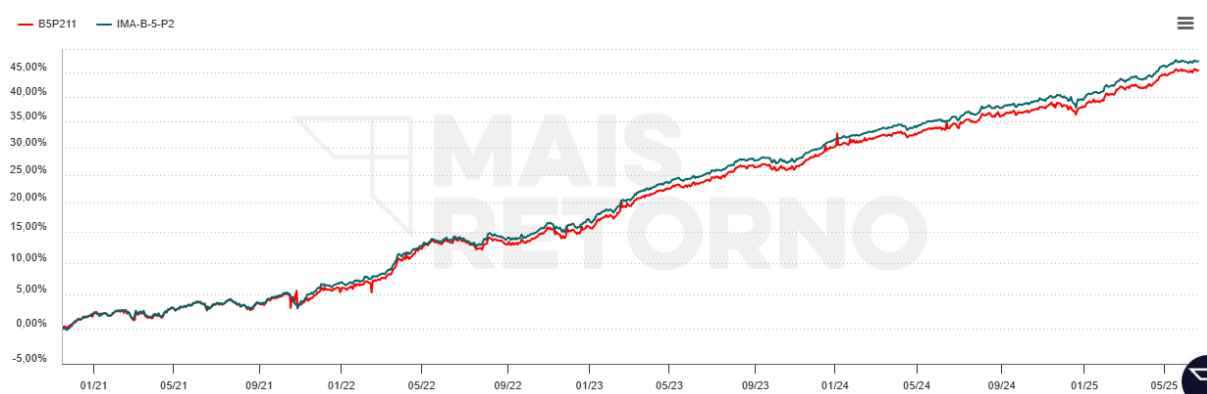
Aliada à facilidade de escolha, os ETFs de renda fixa oferecem uma diversificação natural, já que suas carteiras são compostas por diversos ativos. O investidor, portanto, não está exposto a uma única dívida com vencimento em uma data específica, mas sim a uma combinação de títulos com prazos variados.

Além disso, o rebalanceamento da carteira é realizado de forma automática, incorporando novos produtos que estejam alinhados à estratégia do índice de referência.

Esses dois benefícios tornam os ETFs de renda fixa especialmente atrativos para investidores iniciantes e para aqueles com perfil mais passivo.

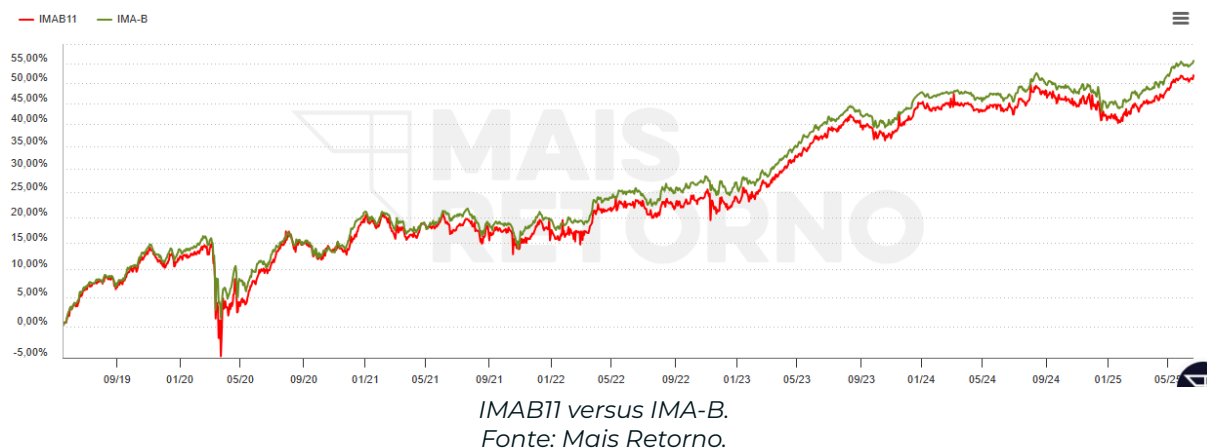
Por fim, destacamos aquela que talvez seja a melhor característica dessa classe de ativos: a forte aderência aos índices. Quando discutimos os riscos, mencionamos o perigo de o ETF não conseguir replicar fielmente o desempenho do índice e ressaltamos a atuação do agente autorizado como elemento-chave na minimização dessa possibilidade.

As figuras abaixo ilustram o desempenho de dois ETFs de renda fixa distintos em comparação com seus respectivos índices de referência.



BSP211 versus IMA-B5 P2.

Fonte: Mais Retorno.



Alguma diferença sempre existirá, pois o índice é uma carteira teórica que não sofre a incidência de taxas — o que o torna, na prática, inalcançável. No entanto, observamos que essa diferença é muito pequena, demonstrando que praticamente não há *tracking difference*.

Dessa forma, os ETFs de renda fixa vêm se consolidando como uma excelente alternativa de investimento.

Conclusão

Nem sempre ter mais opções é sinônimo de algo melhor. Pense, por exemplo, naquela questão de múltipla escolha em que você não sabe a resposta: quanto maior o número de alternativas, menor a chance de um chute bem-sucedido. Da mesma forma, ao visitar um restaurante pela primeira vez, um cardápio com apenas três opções facilita uma escolha rápida e segura, enquanto um menu com vinte alternativas entre frutos do mar, massas e carnes pode gerar indecisão.

Seguindo essa lógica, a evolução do mercado financeiro e o surgimento constante de novos produtos têm tornado a vida do investidor mais complexa. São novos códigos para aprender, regras tributárias específicas, análises distintas — enfim, mais trabalho.

No caso dos ETFs de renda fixa, acreditamos que todo esse “desconforto” inicial de aprendizado é amplamente recompensado. A quantidade de benefícios oferecidos por essa nova classe supera os riscos e o esforço exigido para compreendê-la. Isso se aplica especialmente ao investidor iniciante, que agora conta com uma alternativa simples de diversificação e com bom potencial de rentabilidade na renda fixa.

Não nos enganemos: a renda fixa tradicional ainda tem seu espaço garantido em qualquer carteira. A exposição ao CDI continua sendo melhor realizada por meio de CDBs de liquidez diária e Tesouro Selic. Da mesma forma, a reserva de emergência permanece inalterada.

A grande questão — que se aplica tanto aos investidores mais iniciantes quanto aos mais experientes — é que, para aquela parcela da carteira de renda fixa voltada a retornos no longo prazo, os ETFs surgem como uma excelente opção.

Investir em títulos com remuneração atrelada ao IPCA foi, historicamente, uma excelente escolha no Brasil. A rentabilidade acumulada do IMA-B 5+ foi de 1.513,32%, enquanto o CDI registrou aproximadamente 900% no mesmo período. Esse retorno equivale a uma taxa anual de IPCA + 7,55%, ou seja, além de preservar o poder de compra, o investidor ficou, em média, 7,55% mais rico a cada ano.

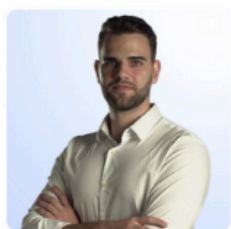
Um índice com esse histórico merece, no mínimo, ser estudado com atenção. Anteriormente, para replicar essa estratégia, o investidor precisava recorrer aos fundos tradicionais de renda fixa, arcando com diversas taxas e tributos ao longo do caminho.

Os ETFs de renda fixa vieram preencher essa lacuna no mercado e, por isso, devem ser considerados nas composições de carteira. A decisão dependerá dos objetivos e preferências de cada investidor. A partir disso, é possível

avaliar se existe, entre os 18 ETFs atualmente disponíveis, uma alternativa que se encaixe no perfil desejado.

Em relação à quantidade de ativos listados, acreditamos que esse número deve aumentar em breve. Novas estratégias devem ser lançadas, trazendo ainda mais sofisticação para esse tipo de produto. De todo modo, o que já está disponível hoje entrega simplicidade com eficiência.

Portanto, prepare-se: vale a pena investir tempo no estudo dessa nova classe de ativos. O esforço será recompensado.

**Gabriel Bassotto**

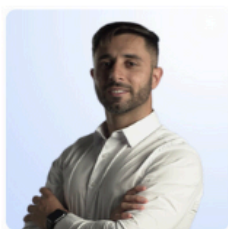
Analista CNPI especialista em

Ações Brasileiras

**Carlos Júnior**

Analista CNPI especialista em

Fundos Imobiliários

**Thiago Armentano**

Analista CNPI especialista em

Investimentos no Exterior

Acompanhamento

relatório atualizado em 21.06.2025

Nossa equipe de analistas está atenta a todas as movimentações relevantes, mantendo os rankings e seus respectivos fundamentos atualizados todas as semanas. Em caso de grandes mudanças, os relatórios também podem ser atualizados. Já em caso do ativo receber recomendação de venda, nossa sugestão se refere, única e exclusivamente, à retirada do ativo da carteira do investidor, uma vez que não incentivamos a prática de venda à descoberto.

Disclaimer

Todas as análises aqui apresentadas foram elaboradas pelo analista de valores mobiliários autônomo Carlos Humberto Rodrigues Nunes Junior (CNPI EM-7932), com objetivo de orientar e auxiliar o investidor em suas decisões de investimento; portanto, o material não se constitui em oferta de compra e venda de nenhum título ou valor imobiliário contido. O investidor será responsável, de forma exclusiva, pelas suas decisões de investimento e estratégias financeiras. O relatório contém informações que atendem a diversos perfis de investimento, sendo o investidor responsável por verificar e atentar para as informações próprias ao seu perfil de investimento, uma vez que as informações constantes deste material não são adequadas para todos os investidores. Os analistas responsáveis pela elaboração deste relatório declaram, nos termos da Resolução CVM nº 20/2021, que as recomendações do relatório de análise refletem única e exclusivamente as suas opiniões pessoais e foram elaboradas de forma independente, inclusive em relação à pessoa jurídica à qual estão vinculados. Além disso, Os analistas de valores mobiliários envolvidos na elaboração do relatório (e/ou seus cônjuges ou companheiros) são, ou podem ser, titulares de valores mobiliários objeto do relatório, direta ou indiretamente, em nome próprio ou de terceiros. Na emissão deste relatório, a Simpla Invest, controladora do Simpla Club, poderá estar agindo em conflito de interesses em relação ao emissor, podendo (i) ter interesses financeiros e/ou comerciais relevantes e/ou (ii) estar envolvida na aquisição, alienação ou intermediação dos valores mobiliários objeto deste relatório. A elaboração desse material se deu de maneira independente, e o conteúdo nele divulgado não pode ser copiado, reproduzido ou distribuído, no todo ou em parte, a terceiros, sem autorização prévia.

